

A POPULAÇÃO NEGRA NA CAPITANIA DE GOYAZES ENTRE 1500 A 1800

Maria Zeneide Carneiro Magalhães de Almeida

<zeneide.cma@gmail.com>

<http://lattes.cnpq.br/5736362178244406>

Doutorado em História Universidade de Brasília, UnB, Brasil, 2009.

Professora Adjunta do Programa de Pós Graduação-PPGE/PUC, Goiânia-Goiás, Brasil.

Northon Chapadense Pereira

<northonpc2015@gmail.com>

<http://lattes.cnpq.br/2494953500021138>

Graduação em História. Pontifícia Universidade Católica de Goiás, PUC GOIÁS, Brasil.

Mestrando em Ciências da Religião do Programa de Pós Graduação/PPGE/PUC, Goiânia-Goiás, Brasil.

Rosilda Campelo dos Santos

<rosilda12santos@gmail.com>

<http://lattes.cnpq.br/5753688868778660>

Graduação em Pedagogia. Pontifícia Universidade Católica de Goiás, PUC GOIÁS, Brasil.

Mestranda Programa de Pós Graduação /PPGE/PUC/GOIÁS, Bolsista CAPES-PROSUP/2017

RESUMO

Este estudo consiste em analisar a relação sócio histórica e econômica entre o negro africano e o branco português desde o escravismo além-mar da África Negra até a sua falsa liberdade no Brasil com a abolição da escravatura onde em especial focamos a capitania de Goiás nos séculos XVII a XIX, abordando a participação do negro no povoamento dos arraiais e vilas da região. Gradativamente, percebemos que na província, surgem durante a decadência da mineração novas relações de produções não capitalistas. Utilizamos como referencial teórico Michael Foucault para compreender melhor as relações de poder entre os grupos articuladores nesta sociedade brasileira. Tendo como fonte principal a pesquisa "OS AFRICANOS EM GOYAZ: DO CATIVEIRO À LIBERDADE - 1482 A 1900" do mesmo autor deste. Enfocamos alguns questionamentos sobre informações de outros autores sobre a verdadeira quantidade da população já que muitos não citam o surgimento de vários quilombos no Brasil e em Goiás. Com isso alcançamos uma proposta de um novo olhar na quantidade e forma de ocupação desse espaço na sociedade goiana para que seja desconstruída a ideologia do embranquecimento juntamente com a falsa democracia racial no Brasil e mostrar uma nova proposta de povoamento da Capitania de Goiás. Contribuindo com uma fonte de pesquisa para novos pesquisadores e professores e seus trabalhos didáticos no cotidiano escolar.

PALAVRAS-CHAVE: Povoamento; Arraiais; Goiás; Quilombos.



INTRODUÇÃO

Os estudos feitos a respeito do negro, dos quilombos, dos arraiais, da mineração e do povoamento em Goiás citamos três grandes trabalhos publicados: o do Luiz Palacín, o de Gilka Ferreira Salles e o do Martiniano José Silva. Percebendo a escassez de obras sobre esse período da História em Goiás nos motivou a contribuir com essa iniciação científica. Um outro aspecto que nos motivou para esse tema foi à necessidade de um estudo a respeito do negro escravo, enquanto participante do processo econômico, cultural e social de Goiás, onde com o declínio da mineração, a força produtiva escrava passa a representar um prejuízo ao invés de uma produção altamente lucrativa. Na pesquisa ora proposta, o interesse maior está voltado para o povoamento da província. Com isso dividimos o trabalho em três períodos: No primeiro capítulo, procuramos abordar a trajetória do negro desde a África Negra até as capitanias no Brasil Colonial e as relações de produção capitalistas/escravista, os povos trazidos para o Brasil entre as datas de 1482 a 1822. No segundo capítulo, abordou-se a formação dos arraiais e vilas em Goiás e as sobras dos quilombos não registrados por historiadores que estudaram aquele período do Brasil Império entre os anos de 1822 a 1889. No terceiro e último capítulo, estudamos os quilombos e sua relação de poder contra a Corte portuguesa e o sistema escravista existente no período do Brasil República entre as datas de 1889 a 1900. Com essa pesquisa desejamos atingir os objetivos para comprovar as hipóteses levantadas onde entre elas a mais relevante é a seguinte: A quantidade da população em Goiás nos séculos XVIII e XIX abordada por Carlos Brandão, Palacín, Zoroastro Artiaga e outros são verídicas?

A ÁFRICA NEGRA: ESCRAVOS NEGROS, MOSQUETES E AÇÚCAR (1482 A 1549)

O Egito foi provavelmente o primeiro Estado a constituir-se em África, há cerca de 4000 anos, mas muitos outros reinos ou cidades-estados se foram sucedendo neste continente, ao longo dos séculos. Para iniciar nossas considerações sobre a origem do africano no Brasil e a pesquisa sobre O Negro em Goiás, teremos que fazer um recorte sobre as fontes a serem pesquisadas sobre a África Ocidental¹ também conhecida como África Negra. Sobre esse recorte

¹Situada a baixo do deserto do Saara, banhada pelo oceano Atlântico, ao Oeste do Continente onde se encontra o Golfo da Guiné.



seremos mais específicos, falaremos sobre as principais nações comercializadas no tráfico negreiro para as Américas em especial para o Brasil no período colonial e imperial. Vou utilizar uma pequena, mas considerável bibliografia a qual foi sintetizada pelo professor de Direito Internacional Jean-Marie Lambert em seu livro História da África Negra.

DAVIDSON, Basil, *MèreAfrique*, PressesUniversitaires de France, 1965.
_____, *Black Mother, África: The Years of Trial*, Victor Gollanez Ltd., London, 1961.
_____, *Old Africa rediscovered: The Story of Africa's Forgotten Past*, Victor gollanez Ltda., 1959.
_____, *L'Afriqueavant les Blancs*, trad. Pierre Vidaud, PressesUniversitaires de France, 1962.
_____, *LesAfricains*, Le Seuil, Paris, 1971. ILIFFE, J., *Lês Africains: Histoire d'um Continent*, Aubier, Cambridge university Press, Cambridge, 1995. (LAMBERT, 2001.)

Em 1482, uma das missões ultramarinas de Portugal regida por Diogo Cão a qual tinha o objetivo de encontrar novos caminhos ou atalhos para se alcançar às Índias. Diogo descendo a costa africana após o Golfo da Guiné, ele encontrou a foz do Rio Congo, rio largo e escuro com características de ser um rio extenso, não tentou entrar por ouvir comentários sobre doenças incuráveis as quais o povo europeu temia e muito, conseguiu fazer contato pacífico com nativos que com dialeto próprio conseguiu explicar que toda aquela região pertencia à nação congo, (povo Banto). Diogo não pretendia colonizar a região e sim confirmar se o Rio Congo atravessava o continente até chegar às Índias. Só na terceira expedição em 1487 que Diogo e sua comitiva foram levados a capital do Congo a cidade de Mbanza, deparou-se com um rei africano conhecido como Mani-Congo. Mesmo com muita dificuldade em comunicação descobriram que o Congo é um conjunto de Estados com mais de 5 milhões de habitantes espalhados em um território de 160.000 Km² em pleno século XVI. Quero aqui salientar que essa quantidade de habitantes era superior a de Portugal nesse mesmo período. O rei de Congo manda entregar por intermédio de Diogo um presente para o rei de Portugal, 200 escravos fortes e bem educados como de costume entre os reis africanos desde décadas passadas. O objetivo desse presente era estabelecer relações diplomáticas e principalmente tecnológicas, a nação do Congo era um povo orgulhoso, sempre pronto para lutar pelos seus objetivos, sempre foi um povo guerreiro. O rei do Congo percebeu o poder naval e armamentista do português, por isso desejava saber como construir navios e fabricar aquelas armas os mosquetes.



A escravidão esteve presente em muitos lugares, da antiguidade clássica tanto em antigas civilizações como no mundo islâmico, na Índia e para essa pesquisa em especial para as Américas. A escravidão acontecia quando um povo ao ganhar uma guerra ou a uma invasão de território tornava toda a população do país perdedor escravo de guerra, mas na maioria dos povos os seus descendentes eram livres, mas deveriam cumprir fidelidade ao rei vencedor, e um dos maiores desses reinados era o do Congo que comportava territórios diversos, com uma série de nações adicionadas por guerras passadas, nações que se tornavam Estados com uma vasta diversidade de etnias e povos onde o de maior quantidade a do povo Banto. As nações européias vêm desde 2.000 a.C. construindo um imaginário pejorativo das nações africanas em especial do homem negro, que para o europeu era um ser sem escrita, sem idioma, atrasado, sem influências iluministas e sem religião. Podemos comprovar isso em alguns livros os quais faremos algumas citações. No livro *Racismo à Brasileira: “Raízes históricas”* de José da Silva Martiniano em 1995, diz que este povo habitava o noroeste do continente, onde atualmente são os países Nigéria, Mali, Mauritânia e Camarões. Ao contrário dos bérberes, os bantos eram agricultores. Viviam também da caça e da pesca. Conheciam a metalurgia, fato que deu grande vantagem a este povo na conquista de povos vizinhos. Chegaram a formar um grande reino (reino do Congo) que dominava grande parte do noroeste do continente. Viviam em aldeias que era comandada por um chefe. O rei banto, também conhecido como mani-congo, cobrava impostos em forma de mercadorias e alimentos de todas as tribos que formavam seu reino. O mani-congo gastava parte do que arrecadava com os impostos para manter um exército particular, que garantia sua proteção, e funcionários reais. Os habitantes do reino acreditavam que o mani-conco possuía poderes sagrados e que influenciava nas colheitas, guerras e saúde do povo.

“... a Igreja Católica, fundamentada na simbologia cromática da civilização ocidental, a cor preta simbolizava uma mancha moral e física, a morte e a corrupção, enquanto a cor branca simbolizava vida e pureza – fez da cor preta a representação do pecado e da maldição divina... Deus é branco e o Diabo negro” p.29(LAMBERT, 2001.)

Voltaire escreveu dizendo que os africanos: “... não eram capazes de uma grande atenção e racionavam pouco” Martiniano p.33 Montesquieu no livro *Espírito das Leis* manifestou favorável à escravidão dos povos das costas da África. O Português percebendo que no século XVI o que mais era rentável no comércio internacional entre nações eram: escravo, fumo e açúcar. Por



isso Portugal iniciou a colonização do continente africano e com suas colônias fez um investimento que consistia em comprar mosquetes para substituir o fumo e trocar por negros africanos, levá-los para as Américas como escravos (mercadorias chamadas de peças) para trabalhar nos canaviais, trazia açúcar para a Europa e trocava por mosquetes novamente, isso rendia para Portugal até 300% de lucro no final de cada processo o qual quanto mais se investia mais ganhava, isso provocou uma grande demanda de capital de giro, resultando em conflitos internos no continente africano onde nações com mais poder de fogo (mosquetes), capturava comunidades inteiras num processo de crescimento muito veloz, para trocar inimigos de guerra em armas. Isso fez com que as colônias de Portugal se tornassem pontos de troca de escravos por armas. A utilização das colônias e os escravos como fonte de produção da cana-de-açúcar como monocultura exportadora, propiciou as nações centrais como o Reino Unido (Inglaterra), um acúmulo de capital que foi investido em tecnologia contribuindo para que acontecesse a implementação do capitalismo no mundo. O professor Jean-Marie em História da África Negra cita que:

“A Europa desenvolveu sua indústria contando com o trabalho escravo de além-mar. A mão-de-obra europeia foi deslocada do campo para as fábricas porque o negro produzia alimentos e matéria-prima nas Américas. Sem tal contribuição, pois o camponês europeu continuava preso na lavoura, produzindo o próprio alimento. O trabalho escravo é, pois, parte integrante do capital internacional... essa riqueza toda não é senão o trabalho cristalizado do mundo inteiro e de muitas gerações de trabalhadores, entre eles, os escravos”. p.26(LAMBERT, 2001.)

Três séculos de tráfico negreiro, deportando mais de 50 milhões de pessoas para o trabalho escravo nas Américas. O Golfo da Guiné foi o maior dos pontos de troca de escravos por mosquetes e nesse caso a escravidão negra teve um papel importante no mundo, porque resultou na transformação da ordem social, econômica e política. Também nesse caso, o comércio exterior esteve associado a essa transformação. As regiões que mais receberam os navios negreiros foram às regiões costeiras da Bahia, Para, Pernambuco, Maranhão, Rio de Janeiro e São Paulo.

Segundo Martiniano, vieram vários grupos linguísticos e culturais do continente africano, onde se torna muito difícil qualificar todos, mas, os de maiores quantidades estão citados abaixo indicando a larga área geográfica de procedência do povo Negro brasileiro. Um quadro foi criado pelo Martiniano com as informações do livro Quilombos do Brasil Central p.122



NO PERÍODO COLONIAL (1549 A 1822)

Para que possamos contribuir com o nosso leitor estaremos oferecendo um anexo com fatos históricos e políticos para facilitar a compreensão dessa pesquisa com uma pequena cronologia de acontecimentos relevantes que aconteceram paralelamente nesse período.

A descoberta da colônia, o índio, o escravo negro e o pau-brasil

Logo após o descobrimento das Américas, por Cristóvão Colombo, em 1492, era praticamente inédita, a utilização da escravidão negra em colônias baseada no subjugamento de uma raça, em razão da cor da pele. Segundo Paul E. Lovejoy em seu livro *A escravidão na África: uma história de suas transformações*, (2002), cita:

“A escravidão era uma forma de exploração. Suas características específicas incluíam a ideia de que os escravos eram uma propriedade; que eles eram estrangeiros, alienados pela origem ou dos quais, por sanções judiciais ou outras, se retirara a herança social que lhes coubera ao nascer; que a coerção podia ser usada à vontade; que sua força de trabalho estava à completa disposição de um senhor; que eles não tinham o direito à sua própria sexualidade e, por extensão, às suas próprias capacidades reprodutivas; e que a condição de escravo era herdada,...”.p.29 e 30(LOVEJOY, 2002)

No Brasil a chegada de escravos da África teve início já nas primeiras décadas de colonização como nos demais países do continente havia os indígenas, que, de início, foram utilizadas para o trabalho, tanto escravo quanto remunerado, por meio de transações de escambo. Porém, após o fortalecimento do lucrativo tráfico negreiro que garantia grande acumulação de recursos à Metrópole, a mão-de-obra indígena foi abandonada. Essas populações originárias de nosso continente passaram a serem simplesmente perseguidas e praticamente foram dizimadas. Um dos registros mais antigos do tráfico de escravos para nosso país data de 1533, no qual Pero de Góis pedia ao rei "17 peças de escravos". Poucos anos depois, em 1539, o donatário de Pernambuco na recente colônia, Duarte Coelho, solicitou ao rei de Portugal D. João III que fosse concedida permissão para "haver alguns escravos de Guiné (como eram chamados os africanos)". Porém o ciclo de exploração do pau-brasil o primeiro comercialmente relevante da história do país foi substancialmente viabilizado por mão-de-obra indígena.



A ECONOMIA AÇUCAREIRA E A CONDIÇÃO DO ESCRAVO NO BRASIL

Foi com o ciclo econômico da cana-de-açúcar que a mão-de-obra negra se consolidou no Brasil, principalmente em Pernambuco e na Bahia. A partir de 1549, intensificou-se o tráfico negreiro para estas regiões, principalmente em razão dessa florescente cultura agrícola. Em 1559, o tráfico foi legalizado por iniciativa de um decreto do rei D. Sebastião, pelo qual ficava autorizada a captura de negros na África para o trabalho em território da nova colônia. Os escravos negros, trocados e retirados de seus entes familiares e de sua terra natal (principalmente da África Setentrional, onde hoje estão, por exemplo, Angola, Moçambique e a República Democrática do Congo) e levados a um lugar estranho, eram controlados com mão-de-ferro pelos senhores de engenho, que delegavam aos feitores e outros agregados a fiscalização dos cativos. Os castigos físicos, como o açoitamento, estavam entre os métodos de intimidação que garantiam o trabalho, a obediência e a manutenção dos servos e se prolongaram pelos mais de 300 anos de escravidão no Brasil. Uma grande estrutura de controle dos escravos também foi criada, tanto no nível da administração colonial quanto dos próprios senhores de escravos, com seus capitães-do-mato profissionais especializados na recaptura de escravos fugidos e outros fora da lei, além da própria rede de informações informal que servia para controlar os fugidos. Como a condição de escravo era simplesmente determinada pelas características raciais dos subjugados no Brasil, segundo Paul E. Lovejoy era praticamente impossível à fuga de eventuais escravos. O estigma da cor da pele foi determinante para o prolongamento da escravidão por mais de três séculos no país.

AS PRIMEIRAS BANDEIRAS E O DESCOBRIMENTO DE GOYAZ

Segundo Palacin, no século XVII houve vários tipos de documentos que confirmam muitas bandeiras em datas diversas que atravessaram a região de Goiás; vinham da Capitania da Bahia e da capital São Paulo, as entradas eram feitas pelo norte de Goiás por canoas nos rios Paranaíba, Tocantins e Araguaia até voltarem pelo rio Tietê a São Paulo. Essas viagens podiam demorar três anos em média. Após 1630 as bandeiras eram executadas por muares, cronologicamente os primeiros bandeirantes oficiais da Coroa portuguesa, foram os seguintes:

1590-1593: Antônio Macedo e Domingos Luís Grau
1596-1600: Domingos Rodrigues
1598-?: Afonso Sardinha



1607-1609: Belchior Carneiro
1608-1613: Martins Rodrigues
1613-1615: André Fernandes
1615-1618: Pedroso Alvarenga
1665-1666: Francisco Lopes Buenavides
1671: Antônio Paes
1673: Sebastião Paes de Barros (com 800 membros se fixou na região de confluência do Tocantins com o Rio Araguaia para se dedicar à mineração).(PALACÍN, 1994.)

Segundo Palacin chegou acontecer entre os anos de 1653 a 1674 seis expedições jesuítas para capturarem índios, buscando uma mina de ouro que tinham notícias. O descobrimento de Goiás aconteceu oficialmente para povoamento, com a bandeira de Bartolomeu Bueno e Silva, também conhecido como o Anhanguera. A Corte portuguesa concedeu a licença para que Bartolomeu fizesse a entrada com 500 membros onde 200 eram escravos negros, saíram dia 03 de julho de 1722 de São Paulo. Durante a entrada muitos homens morreram de fome, outros desistiram e voltaram para São Paulo. Mas o Anhanguera descobre ouro na cabeceira do rio Vermelho que corta a região da atual cidade de Goiás. Após três anos em 1725 o Anhanguera volta triunfante para São Paulo. Organiza outra bandeira e dessa vez com o título de superintendente das minas em Goiás e Ortiz com o título de guarda-mor.

Em 1736 nas minas de Goiás tinham 10.263 escravos negros. Os reis dourados desse período eram D. João V (1706-1750) e D. José I (filho de D. João V) ele reinou em Portugal de 1750-1777. Além da participação do negro no Brasil ter sido o alicerce do trabalho na lavoura da cana-de-açúcar o escravo também foi à base da mão-de-obra no ciclo do ouro na região de Goiás.

OS NEGROS E A SOCIEDADE GOIANA DA ÉPOCA DO OURO

Palacin comenta que no ano de 1736, dez anos após o início da mineração a população da capitania de Goiás era de 20.000 habitantes onde 10.000 eram de escravos, Bartolomeu é deposto em 1749 na mesma data que chega a Vila Boa o primeiro governador português e o capitão Conde dos Arcos, já que a Corte portuguesa decidiu tornar Goiás independente de São Paulo, elevando-o à categoria de capitania. Em 1783 havia 60.000 habitantes na capitania. O censo de 1804 indicou 50.000 habitantes em Goiás. A mineração continuou a ser fomentada pelo trabalho escravo, com a decadência do ouro ainda incipiente influenciou a escravatura a perder grande parte de sua



importância. Em 1736 em Goiás tinha 12.000 e em 1750 eram 20.000 escravos. Em 1804 os pretos livres eram de 30.000, ou seja, 40% do total da população. No novo censo em 1823 os escravos eram 24.000, ou seja, 39,3% da população de 61.000 habitantes. Segundo Palacin, a decadência da mineração teve influências pelos seguintes fatos:

- A diminuição na importação de escravos;
- A diminuição da produção de ouro colhida pelos escravos;
- A compra de liberdade;
- A miscigenação e a...
- A mudança do tipo de trabalho.(PALACÍN, 1994)

Goiás parou de importar escravos a partir de 1775, o controle e a fiscalização que existia com os escravos era rígida durante a retirada e armazenamento do ouro, na lavoura também, mas na pecuária isso não fazia muito sentido, porque o produto final a ser exportado não dependia tanto dos serviços dos escravos, Palacin falava da criação de gado ou de plantação para subsistência. No mesmo tempo em que o número de escravos diminuía, aumentava o número de pretos livres ou alforriados (forros). Em Goiás no ano de 1745 a população alforriada era de 120 homens onde escravos eram 11.000. Em 1804 os negros livres já eram de 7.936, ou seja, 28% dos pretos escravos. Com a ausência de mulheres brancas, a mestiçagem era grande, em 1804 os mulatos em Goiás eram 15.452 da população livre, ou seja, 50% dos habitantes. Os brancos no mesmo ano eram menos de 14%. A mineração não formou uma classe média com raízes autônomas, mas aumentou consideravelmente o número de homens livres.

No livro *Sombra dos Quilombos* do Martiniano na página 28 ele cita informações de Zoroastro Artiaga que pesquisou em cartórios da região, apontam as seguintes etnias de negros: Quissâmás, Congo, Egbanos, Cacimbas, Angolas, Benguelas, Balantos, Sudaneses, Nagôs, Mussocongos, Minas, Cabindas, Benins, Quibundas, Vrumanos, Auzacos, Bembas, Tempas e outras sub-raças como Zoroastro Artiaga preferiu definir aos cativos em Goiás - 1872.

A TRANSIÇÃO DO OURO PARA A PECUÁRIA, A TERRA, A MÃO-DE-OBRA E AS RELAÇÕES SOCIAIS DE PRODUÇÃO

Segundo FUNES, na sua dissertação de mestrado no capítulo II ele comenta que as formas de ocupação da terra em Goiás não divergiram das formas praticadas nas demais regiões do



Brasil colonial e imperial, ou seja, a concessão de sesmarias; como a primeira forma legal de ocupação do solo, e a seguinte foi a posse como a prática mais utilizada entre os goianos. Posteriormente as formas de compra, a herança e outros de menor importância. Com o declínio da mineração, aumentou gradativamente os preços dos gêneros alimentícios “desencadearam um processo de rápida ocupação das áreas próximas aos centros mineradores”p. 95 As áreas de localização privilegiada foram ocupadas, restando, aos negros empobrecidos as áreas mais afastadas, devolutas. A técnica rudimentar mais utilizada para ocupação era a posse utilizando a agricultura. Uma vez estabelecida à posse, o indivíduo procura efetuar a legalização da propriedade, requerendo a concessão de uma sesmaria. A terra em Goiás em virtude da disponibilidade e da facilidade de aquisição, neste período, não tinha um preço muito elevado. Em 1848, Goiás estava dividido em 4 comarcas, a população era de 147.722 habitantes e escravos eram de 10.652, ou seja, apenas 7% do total. Em 1872 eram 26.800 os escravos.

Segundo FUNES a fuga de escravos eram constantes em Goiás nesse período, ele comenta: “não existe, na província, um arraial sem sombra de seu quilombo” p.117 A relação de produção entre negros e brancos no comércio estava também em transição, estava também sofrendo transformações. Carlos Brandão citado por FUNES, escreveu que “gradativamente, as relações de produção escravistas cederam lugar à novas relações de produção não capitalistas, que aí se estabelecem. Novos elementos ocupam os espaços deixados pelos escravos, o agregado, o camarada e o trabalho familiar” p.130.

O homem livre de cor no trabalho familiar desenvolvia sua própria terra sem precisar pagar a uma outra pessoa para cultivar sua própria lavoura ou cuidar de seus animais. O agregado que também era negro segundo Saint-Hilaire em FUNES p.135 diz que agregado são “indivíduos que nada possuem, e que estabelecem em terrenos de outrem, vivendo em estado precário, mal vestidos, indolentes e embrutecidos pela falta de convivência com seus semelhantes”, já para Stuart B. Schwartz citado também por FUNES os “agregados eram indivíduos associados a uma propriedade rural, ou, na verdade, a qualquer residência, vivendo como parte dela, mas que mantinham suas próprias famílias e propriedades”. Em Goiás, predominava o agregado negro ou pardo, era geralmente solteiro, mas embora ser constante a presença de famílias agregadas na zona rural. O camarada é um tipo social de trabalhador negro e livre que se insere como um assalariado que muitas vezes não existia pagamento. O contrato entre o camarada e um senhor era sempre



verbal. Para FUNES, em 1851 na pecuária em Goiás eram empregados os trabalhadores livres e os escravos juntos, ficando mais barato pagar o livre do que comprar mais escravos. Isso influenciou o não pagamento de caçadores de escravos quando eles fugiam, a escravidão estava se tornando em desuso e cara por ter que arcar com as despesas quando vão se tornando velhos e improdutivos ou doentes. FUNES comenta que a pecuária estava se expandindo em Goiás e, com ela, a figura do trabalhador livre como vaqueiro. Os poucos escravos que continuavam a existir em Goiás eram empregados na agricultura e em serviços domésticos. No censo de 1872, dos 10.652 escravos somente 4.523 estavam empregados na lavoura, enquanto que 3.058 não possuíam ocupações especificadas.

A INDEPENDÊNCIA DO BRASIL E AS MUDANÇAS EM GOIÁS ENTRE 1770 A 1822

As transformações socioeconômicas e políticas na Europa no final do século XVIII influenciam também transformações políticas e econômicas no Brasil, vamos citar alguns desses fatos que contribuíram essas transformações:

1789 Organiza-se a Conjuração Mineira, que teve como desfecho a condenação à morte de Tiradentes (21 de abril de 1792).

1798 Prepara-se a Conjuração Baiana, que contou com significativa participação das camadas populares. Esta rebelião teve como desfecho a pena de morte aplicada a João de Deus, Manuel Faustino, Lucas Dantas e Luís Gonzaga das Virgens (8 de novembro de 1799).

1806 Napoleão Bonaparte decreta o Bloqueio Continental contra a Inglaterra.

1807 Recusando-se a aderir ao Bloqueio Continental, Portugal é invadido por tropas franco-espanholas. Em novembro desse ano, a família real abandona o território português, transferindo a sede do reino para o Brasil.

1808 D. João chega ao Brasil. Pressionado pela Inglaterra, assina o decreto da abertura dos portos, rompendo com o monopólio do comércio colonial.

1810 Portugal e Inglaterra assinam um tratado de comércio, que fixa em 15% a taxa alfandegária (ad valorem) sobre produtos ingleses vendidos para o Brasil. Os demais países pagavam 24%, e Portugal 16%.



1815 Elevação do Brasil à categoria de Reino Unido a Portugal e Algarves.

1817 Explode a Revolução Pernambucana, tendo como ideal a proclamação da república e a elaboração de uma Constituição liberal. Os revoltosos ocupam o poder, por pouco tempo. A revolução foi violentamente reprimida

1820 Eclode em Portugal a Revolução do Porto, liderada pela burguesia lusitana. Os revoltosos exigem a volta de D. João VI ao país.

D. João VI é obrigado a deixar o Brasil, depois de tê-lo governado por mais de 12 anos. Em seu lugar fica o príncipe regente D. Pedro

No dia 7 de setembro, D. Pedro proclama a independência do Brasil. Inicia-se o período monárquico, que durou 67 anos.

Segundo Palacín, em Goiás, a população rural de maioria de cor preta e analfabeta está alheia à conjuntura política e econômica sobre a Corte, sobre o mundo e sobre Goiás. Segundo Clóvis Moura, citando Tavares Bastos discorda da defesa de Palacín, alegando existir vários documentos que comprovam que os negros sabiam dos ideais abolicionistas² após a Revolução Francesa. Vejamos o que trecho do livro QUILOMBOS: resistência ao escravismo de Clóvis Moura:

“... houve, de um lado, o medo da classe escravista, senhorial, diante da revolução haitiana, isto é, a síndrome do medo, mas, por outro lado, não se pode mais negar a existência de uma conexão ideológica (embora imprecisa) e de contatos diretos entre os escravos rebeldes e os militantes daquela revolução. Nesse contexto de uma conexão entre os quilombolas brasileiros com grupos ou com pessoas de outros países, isto é, a conexão internacional da quilombagem, devemos destacar, pela sua importância e pela sua pouca divulgação...” p.76.(MOURA, 1997)

O descontentamento com Dom Pedro I está sendo expresso em todas as câmaras das capitanias. Mesmo se tornando o imperador constitucional do Brasil em 16 de dezembro de 1822. A crise se agrava e os republicanos se posicionam contra Dom Pedro I que defende os interesses de Portugal, o desagrado cresce perante os interesses das famílias ricas nas capitanias. As antipatias dos goianos aumentam quando o segundo presidente da capitania, o português Miguel Lino de

² “A constatação do perigo desse contato entre os negros revoltados do Brasil e os das Guianas é destacado em diversos documentos” Tavares Bastos citado em MOURA, Clóvis, Quilombos resistência ao escravismo. São Paulo: ed. Ática. 1997.



Moraes (1827-1831) em 1830 propõe a mudança da capital. A abdicação de Dom Pedro I influencia mudanças em toda a Corte e em Goiás se inicia a descolonização, onde a partir de 1831 iniciam-se os presidentes goianos no poder, são eles: José Rodrigues Jardim (1831-1837), Padre Luiz Gonzaga de Camargo Fleury (1837-1839), José de Assis Mascarenhas (1839-1845).

Período Brasil Império (1822 a 1889)

Para que possamos contribuir com o nosso leitor estaremos oferecendo um anexo com fatos históricos e políticos para facilitar a compreensão dessa pesquisa com uma pequena cronologia de acontecimentos relevantes que aconteceram paralelamente nesse período.

OS ARRAIAIS E AS SOMBRAS DOS QUILOMBOS NO BRASIL CENTRAL

A história construída pela Corte portuguesa não cita sobre a quantidade de escravos fugidos ou a quantidade de quilombos na capitania de Goiás. Poucos são os documentos sobre comunidades formadas por escravos fugidos que tiveram sucesso. Entre eles, o mais lembrado é o Quilombo dos Palmares, na Serra da Barriga, entre Alagoas e Pernambuco, que teria durado quase 100 anos, de 1602 a 1694, e reunido até 20.000 habitantes em diversas comunidades. Os escravos, além da própria situação servil, viviam em condições muito precárias, sem qualquer qualidade alimentar, sanitária ou de habitação, já que era mais barato ao senhor de escravos adquirir um novo servo do que manter os trabalhadores por muitos anos, isso influenciava o africano escravizado a se refugiar em quilombos. O maior legado do povo negro ao Brasil foi a sua cultura. São notórias as influências na música, na arte, religião, folclore e culinária dos africanos e seus descendentes na origem de nossa cultura e da cultura goiana. Já em relação à formação do "povo brasileiro", a miscigenação entre os negros e as outras populações presentes no país (brancos e indígenas) deu base à composição racial tipicamente brasileira. O arraial de Sant'Ana agora se chama Vila Boa. Surgiram mais arraiais as margens de vários rios ou córregos que encontravam ouro, e próximos a esses arraiais segundo MARTINIANO sempre existiram quilombos próximos aos arraiais, muitos desses nunca encontrados ou hoje extintos ou incorporados a municípios como bairros de alguma cidade goiana como a comunidade do Cedro na cidade de Mineiros ou um os bairros da cidade de Goiás. Segundo Palacin no livro História de Goiás página 12 tem uma listagem de arraiais, esses arraiais oficiais pela Corte Portuguesa o autor MARTINIANO indica confirmações de algum desses



quilombos em fontes pesquisadas comentadas em seu livro A Sombras dos Quilombos p.77 a 98. Os arraiais negros estavam estabelecidos próximos aos arraiais oficiais os quais estão abaixo citados por Palacin...

1808

Arraiais Do Norte E Do Sul De Goyaz

A) CORREIÇÃO DE VILA BOA

I – Julgado de Vila Boa

01 Arraial da Barra

02 Arraial da Anta

03 Arraial da Santa Rita

04 Arraial de Tesouras

05 Arraial de Ferreiro

06 Arraial de Ouro Fino

07 Arraial do Curralinho

08 Arraial de Pilões

09 Arraial de Anicuns

II – Julgado de Meia Ponte

10 Arraial do Córrego Jaraguá

11 Arraial de Corumbá

III – Julgado de Santa Luzia

12 Arraial de Montes Claros

13 Arraial de Couros

IV – Julgado de Santa Cruz

14 Arraial de Bonfim

V – Julgado do Desemboque

15 Arraial do Araxá

B) CORREIÇÃO DO NORTE

VIII – Julgado de Traíras

18 Arraial de Água Quente

19 Arraial do Coral

20 Arraial do Maranhão

21 Arraial de São José do Tocantins

22 Arraial de Cachoeira

23 Arraial de Santa Rita

24 Arraial de Muquém

25 Arraial de Piedade

26 Arraial de Amaro Leite

IX – Julgado de Cavalcante

27 Arraial das Flores

28 Arraial de Santa Rosa

29 Arraial de Mato Grosso

X – Julgado de São Felix

30 Arraial do Carmo

31 Arraial Chapada de São Felix

XI – Julgado de Arraiais

32 Arraial do Moro do Chapéu

33 Arraial de São domingos

XII – Julgado de Barra do Palma

34 Arraial de Conceição

35 Arraial do Príncipe

**VI – Julgado de Pilar**

16 Arraial das Lavrinhas

17 Arraial de Goarinos

VII – Julgado de Crixás**XIII – Julgado de Natividade**

36 Arraial da Chapada da Natividade

37 Arraial do Duro

XIV – Julgado de Porto Real

38 Arraial de São João das Duas Barras

39 Arraial do Carmo

40 Arraial do Pontal

(PALACÍN, 1994, p.12)

OS NEGROS, O POVOAMENTO E A TRANSIÇÃO DA SOCIEDADE MINERADORA PARA A SOCIEDADE AGROPECUÁRIA

Palacin comenta que o governo português incentivava o crescimento das capitanias pelo motivo do ouro, ao perceber a decadência na produção de minérios, começou a tomar medidas administrativas para incentivar e promover a agricultura dando atenção aos produtos: algodão, fumo, couro, café, açúcar e outros em Goiás. Essa decadência do ouro afetou e muito a sociedade goiana, sobre tudo na forma de ruralização e regressão a uma economia de subsistência na primeira década do século XIX. A população diminuiu e muito. Em 1809 o governo português incentivou a navegação nos rios e no comércio no mesmo período em que o Brasil estava vivendo um processo de emancipação política, foi aí que Goiás foi dividido em duas partes a do norte e a do sul. Segundo Palacin, o abandono da capitania de Goiás pela população incentivou uma outra parte a se estabelecer na zona rural, como Goiás tinha uma grande parcela da sociedade com pretos livres e os escravos fugidos formando vários quilombos, ou utilizando da terra sem ter a posse.

A diminuição da população negra na Província de Goiás segundo as estatísticas de Palacín não comenta um percentual de negros revoltados, já que os maus tratos eram constantes subentendemos que os escravizados estavam constantemente fugindo independentemente de serem do sexo masculino ou do sexo feminino. Sabemos que para se manter um sistema escravocrata as peças eram vendidas nas mesmas proporções ligadas ao gênero humano. Com as fugas de homens



negros escravos, constantemente fugiam mulheres negras, causando uma diminuição populacional por não gerarem descendentes. Percebemos isso no trecho de Martiniano:

“Segundo Cunha Matos, seguido por Arthur Ramos, em meados do século XVIII, a população escrava atingira a 30.000 na Comarca de Goiás. No entanto, com o número de escravos negros do sexo feminino era diminuto, a população negra decaiu rapidamente, assim, ainda dizendo com relação ao seu mau tratamento praticado contra os escravos.” p.92(SILVA, 2003)

O FIM DA ESCRAVIDÃO E AS MUDANÇAS ADMINISTRATIVAS NO BRASIL IMPÉRIO

Em 1865, os Estados Unidos da América aboliram a escravidão em seu território. A seguir, a Guerra do Paraguai (1865-1870) foi outro impulso importante aos chamados movimentos abolicionistas, já que os escravos que engajavam ao combatente recebiam como prêmio a própria liberdade. Porém, aqueles que sobreviveram aos combates e voltavam da batalha sofriam pressões de seus antigos donos para que retornassem à condição de servos. Em 28 de setembro de 1871, foi promulgada a chamada Lei do Ventre Livre, por iniciativa do visconde de Rio Branco, que estabelecia que os filhos de escravos nascidos a partir daquela data seriam pessoas livres. Porém, a lei não chegou a ter valor, já que dava aos senhores de escravos a tutela dos libertos até os 21 anos de idade, o que, na prática, representava a manutenção da condição servil. Como a abolição aconteceu em 1888, nenhuma pessoa chegou a ser beneficiada pela lei. O movimento abolicionista ganhou corpo a partir de 1880, com o engajamento de importantes personalidades políticas e da vida pública de então. Alguns baluartes desse movimento foram Joaquim Nabuco, José do Patrocínio, André Rebouças, Luís Gama e Silva Jardim. Em 1884, o Ceará antecipou-se ao governo imperial e decretou o fim da escravidão em seu território. Em 1885, foi promulgada a chamada Lei do Sexagenário, ou Lei Saraiva-Cotegipe, que dava liberdade aos escravos com mais de 60 anos de idade, desde que os proprietários fossem indenizados.

Como a Lei do Ventre Livre, os resultados da nova lei foram restritos, já que poucos cativos conseguiam atingir tal idade. A história da escravidão oficial no Brasil termina em 13 de maio de 1888, com a promulgação da Lei Áurea, assinada pela Princesa Isabel, filha do Imperador D. Pedro II. O texto da lei trazia apenas dois artigos: "Artigo 1º - É declarada extinta a escravidão no Brasil; Artigo 2º Revogam-se as disposições em contrário". Na ocasião, existiam pouco mais de



700 mil escravos no país. No entanto, o destino imediato dos negros libertos não foi o mais confortável. Deixaram a condição de servos, mas não obtiveram qualquer concessão oficial de assistência, sendo sujeitos à miséria completa. Largado à própria sorte, esse grande contingente de pessoas se viu sem perspectivas de trabalho (afinal, a mais bem qualificada mão-de-obra dos imigrantes europeus já estava presente), de educação e de inclusão social.

O FIM DO IMPÉRIO EM 1889 COM A PROCLAMAÇÃO DA REPÚBLICA

No final da década de 1880, a monarquia brasileira estava numa situação de crise, pois representava uma forma de governo que não correspondia mais às mudanças sociais em processo. Fazia-se necessário à implantação de uma nova forma de governo que fosse capaz de fazer o país progredir e avançar nas questões políticas, econômicas e sociais. No dia 15 de novembro de 1889, o Marechal Deodoro da Fonseca, com o apoio dos republicanos, demitiu o Conselho de Ministros e seu presidente. Na noite deste mesmo dia, o marechal assinou o manifesto proclamando a República no Brasil e instalando um governo provisório. Após 67 anos, a monarquia chegava ao fim. No dia 18 de novembro, D. Pedro II e a família imperial partiam rumo à Europa. Tinha início a República Brasileira com o Marechal Deodoro da Fonseca assumindo provisoriamente o posto de presidente do Brasil. A partir de então, o país seria governado por um presidente escolhido pelo povo através das eleições. Foi um grande avanço rumo a consolidação da democracia no Brasil.

Hoje, a comemoração do dia 20 de Novembro: DIA NACIONAL DA CONSCIÊNCIA NEGRA em homenagem a Zumbi de Palmares é uma tentativa de se resgata a história não oficial, marcada pelas lutas de resistência à escravidão, travada pelo próprio escravo. É também um rompimento com a ideologia do embranquecimento e da democracia racial.

CONSIDERAÇÕES

O continente africano é considerado pela Antropologia e pela Arqueologia como o berço da humanidade. Algumas pesquisas defendem que desse continente vários povos migraram para outros continentes a procura de alimento e conquistas. Não podemos ver a África somente como a África Negra e sim como o continente que contem na sua história várias Áfricas como a



Austral, Colonial, Independente, Republicana e outras em cada tempo. Para essa pesquisa o continente africano foi analisado somente entre os períodos de 1482 a 1549 o qual cita como aconteceu o surgimento do tráfico negreiro fomentado pelo triângulo econômico envolvendo mosquetes, escravos e açúcar ressaltando quais as etnias e grupos culturais e linguísticos que foram trazidos para o Brasil durante a escravidão ultramarina. A Grécia mesmo conhecendo algumas dinastias do Egito constrói um imaginário pejorativo sobre o homem negro africano como um ser diferente e inferior, desprezando sua cultura, sua religião seu modo de organização social. Cria argumentos teóricos para justificar a escravidão e assim o faz. Trazendo mais de 4 milhões de pessoas para o Brasil durante 300 anos de tráfico. As atrocidades, os maus tratos, torturas, estupros e assassinatos no Brasil Colônia e Império 1549 a 1822 as quais comparamos como não inferior ao Nazismo. Mas a relação econômica do negro na economia açucareira, a monocultura da cana-de-açúcar, o ciclo do ouro e na pecuária foi sempre a de exploração da mão-de-obra na condição de escravo de 1822 a 1889. O sistema escravocrata foi ruindo e perdendo o valor comercial entre os países europeus que estavam em constantes revoluções de transição do feudalismo monárquico para o capitalismo industrial. Com o passar dos anos o Brasil se torna império com a vinda da Família Real de Portugal e toda a sua estrutura administrativa e jurídica a qual o europeu etnocêntrico implementa a ideologia do embranquecimento após exterminar quase todas as nações indígenas e incentivar o povoamento do interior do Brasil dividido em Capitanias. Em busca de ouro as bandeiras levaram vários negros contribuindo com o surgimento de vários arraiais, vilas e o povoamento. Mas um fato não foi encontrado não há registrado sobre as fugas e a formação dos quilombos, sobre o descontentamento do escravo e suas formas de rebeldia. Por que então tanto maus tratos. Segundo Clóvis Moura existia um medo de revolta em massa como aconteceu no Haiti. Como os Criollos de lá o mulato atuante no movimento abolicionista, os republicanos, a Grã-Bretanha, a queda do ouro e os quilombos vão contribuir para a abolição da escravidão em 1888 e consequentemente o fim do império com a independência do Brasil em 1889. A república vem para atender os interesses dos republicanos que preferiu a mão de obra do imigrante europeu. Com a Constituição de 1891 os direitos dos negros e dos índios foram tratados a conta gotas com leis que não permitia o negro ter direito a terra e a sua autonomia, o racismo no Brasil ainda é mantido por uma ideologia de falsa democracia racial. Com ela historiadores quantificam a população de Goiás desprezando os quilombos que vão se multiplicando a cada ano desde o primeiro dia de tráfico



negreiro transatlântico. Autores que não relataram as atrocidades, não quantificaram os assassinatos, os estupros os maus tratos e principalmente a síndrome do medo da revolta. A resistência negra se torna viva nos movimentos negros goianos, denunciando a importância que o Estado deve ter com a história verdadeira do povoamento no Estado e no Brasil. A relevância de se estudar a cultura negra, sua religião, seus ensinamentos, seus costumes ainda existentes, citados na pesquisa de ANJOS que apresenta 848 comunidades remanescentes de antigos quilombos no ano de 2000. Em Goiás existem registros de 7 comunidades. A necessidade de “reparações” está justificada pela diferença entre os brancos e os negros pelo IDH - Índice de Desenvolvimento Humano e a quantidade de quilombos urbanos e rurais pelo Brasil e em Goiás e as condições de vida que a república e a Nação oferece para elas. A construção teórica do povoamento em Goiás construída sobre os anos de 1870 a 1970, está questionada durante essa pesquisa. Este trabalho teve a intenção apenas de propor algumas questões sobre a importância para a manutenção na união nacional (NAÇÃO) e resgatar a história dos quilombos no Estado de Goiás.

BIBLIOGRAFIA

ARAÚJO DOS ANJOS, Rafael Sanzio. O espaço geográfico dos remanescentes de antigos quilombos no Brasil. In, Paradigmas da Geografia – parte II, Terra Livre, 17 Edição da Associação dos Geógrafos Brasileiros. São Paulo, 2001

ARAÚJO, Délio Moreira de. Goiás: ensaio de contribuição para o estudo da formação e estrutura dos transportes terrestres na área do cerrado brasileiro. Goiânia: Ed. da UCG, 2001

CARVALHO, Jairo de. "Questão negra, História da África e currículos". In: Cadernos de Apoio ao Ensino. nº 3, Maringá: PEN-UEM, 1997. (p.111)

FAUSTO, Boris, História do Brasil, São Paulo, Edusp, 1994

FUNES, Eurípedes Antônio. Goiás 1800 – 1850; um período de transição da mineração à agropecuária. Goiânia, Tese de Mestrado Ed. da Universidade Federal de Goiás, 1986.

GALLI, Ubirajara. A História da mineração em Goiás: do séc. 17 às lavras do séc. 21. Goiânia: Ed. da UCG. 2005.

GALLI, Ubirajara. A História da pecuária em Goiás: do primeiro gado (1723) aos dias de hoje. Goiânia: Ed. da UCG. 2005.



LAMBERT, Jean-Marie, História da África Negra – Editora Kelp's, Goiânia, 2001.

LOVEJOY, Paul E. A escravidão na África: uma história de suas transformações, trad. Regina A. R. Bhering e Luiz Guilherme B. Chaves. Rio de Janeiro: Editora Civilizações Brasileiras, 2002

PALACÍN, Luis. História de Goiás. 6ª ed. Goiânia: Ed. da UCG, 1994.

PALACÍN, Luis. Goiás (1722 – 1822) Estrutura e conjuntura numa capitania de minas. .

PALACÍN, Luis. Sociedade colonial (1549-1599). Goiânia: Ed. da Universidade Federal de Goiás, 1981.

SALLES, Gilka Vasconcelos Ferreira de. Economia e escravidão na Capitania de Goiás. Tese de Doutorado Goiânia: CEGRAF/UFG, 1992.

SILVA, Martiniano José da. Sombra dos quilombos. Goiânia, Ed. Barão de Itararé. 1974.

SILVA, Martiniano José da. Quilombos do Brasil Central. Goiânia, Ed. Barão de Itararé. 1974.

SILVA, Ana Célia. "Ideologia do embranquecimento". In: As idéias racistas, os negros e a educação. Florianópolis: Núcleo de Estudos Negros - NEN, 1997. (Série O pensamento negro na educação, 1).

NASCIMENTO, Leila Aparecida, O trabalho escravo no Brasil. Goiânia 1994. Fonte: Centro de Pesquisas Econômicas da UCG.

GUIMARÃES, Cidiney Lopes. A luta dos ex-escravos pela liberdade após a abolição. Goiânia 2004 Fonte; Centro de Pesquisas Históricas da UCG.

SANTOS, Leila Cristina Lemes dos, As missões redentoristas em Goiás (1894 – 1964). Goiânia 2002. Fonte: Centro de Pesquisas Históricas da UCG.

SANTOS, M. Pesquisa reforça preconceito. Folha de S. Paulo. Caderno Especial Domingo. P.8 São Paulo, 1995.

SOARES, Emerson Ribeiro. O escravismo negro em Goiás colonial. Goiânia 1998. Fonte: Centro de Pesquisas Históricas da UCG.